

UM REINO PLENAMENTE IGUALITÁRIO:

Economia no Cristianismo Primitivo a Partir de Mateus 20.1-16

Anderson de Oliveira Lima*

Resumo:

Este artigo apresenta uma análise exegética de Mateus 20.1-16 que tem por finalidade oferecer novas perspectivas para a leitura do evangelho de Mateus. O foco da interpretação é o projeto econômico identificado como meio de sobrevivência do grupo judaico-cristão, e nesta leitura da parábola, apresentam-se duas novas hipóteses, uma em relação às fontes mateanas e seu trabalho redacional nesta passagem, e outra sobre a luta do autor por regular a igualdade para além do âmbito econômico.

Palavras-Chaves: Evangelho de Mateus; Cristianismo Primitivo; Economia no Cristianismo Antigo; Novo Testamento; Exegese.

Abstract:

This article shows a exegetical analysis of Matthew 20.1-16, which aims is to offer new perspectives for a riding of Matthew's Gospel. The focus of our interpretation is the economic project how a survival means for the matthean group, and in that reading of the parable, we presents two new hypotheses, the first, about the Matthew's sources and you redactional work, and other about the struggle of the author to control the equality beyond the economic scope.

Key-Words: Gospel of Matthew; Primitive Christianity; Economy in Ancient Christianity; New Testament; Exegesis.

* O autor é Doutorando e Mestre em Ciências da Religião (Literatura e Religião no Mundo Bíblico) pela Universidade Metodista de São Paulo, Especialista em Bíblia pela mesma Universidade, e Bacharel em música (violão erudito). Suas pesquisas de mestrado e doutorado giram em torno do tema deste artigo, e a tese em andamento, financiada pelo CNPq, intitula-se "*A Linguagem Econômica do Evangelho de Mateus*". Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0893915454622475>.

Introdução

Embora se diga frequentemente que o emprego de parábolas seja uma característica do ensino de Jesus, sabe-se que o nazareno não foi o criador do gênero. Embora a tradição cristã primitiva atribua todas as suas parábolas a Jesus, hoje está provado que Jesus era um dentre muitos “mestres” que no primeiro século utilizaram as parábolas como meios didáticos de transmitir seus ensinamentos. Nossa tarefa nestas páginas é estudar uma parábola comumente atribuída a Jesus, a de Mateus 20.1-16. O próprio texto diz que é Jesus quem a anuncia, mas há motivos para crer que esta parábola não foi criada por Jesus, mas pelo próprio autor do livro de Mateus. O motivo mais óbvio é a constatação de que esta parábola não se encontra em nenhum outro evangelho, e segundo os estudos feitos a partir da tradição sinótica, os materiais de Mateus são em sua maioria herança de fontes mais antigas, como o evangelho de Marcos ou a hipotética fonte Q (Brown, 2002: p. 173-188). A primeira conclusão é que esta parábola, por não existir fora do evangelho de Mateus, ou é uma composição própria do evangelista ou veio de fonte desconhecida. Mas há nela diversas características típicas do primeiro evangelho, isto é, características comuns aos textos exclusivos de Mateus e às modificações que este evangelista faz nos textos que recebeu da tradição. Ulrich Luz chama essas peculiaridades de *mateísmos* (2003: p. 191). Porém, uma das hipóteses que vamos apresentar é a de que até mesmo esta parábola exclusiva pode ter sido composta em momentos distintos, trazendo um pouco da fala de Jesus um pouco da voz própria de Mateus.

Tudo isso torna a leitura desta parábola importante, significativa não apenas para a compreensão do texto em si, mas para o estudo do evangelho em geral, ou para estudos sobre o grupo social que deu origem a este evangelho e para o cristianismo primitivo. Nosso interesse no estudo de Mateus foca-se em seu aspecto econômico, isto é, queremos encontrar por meio da exegese explicações para questões como, por exemplo, sua aversão à riqueza e constantes elogios à pobreza. Queremos compreender cada vez melhor como funcionava (ao menos no âmbito ideológico) seu projeto de igualitarismo cristão e seu incentivo à caridade. Estes temas estão presentes nesta parábola que vamos estudar, mas por razões metodológicas, não deixaremos de abordar também pontos que não estejam relacionados ao nosso alvo, que é o aspecto econômico.

1 - O oikodespotes e o Reino dos Céus

Nossa análise está dividida em quatro partes. Esta divisão proposta procura seguir a certas sub-divisões naturais que identificamos no texto, e em cada seção vamos expor a análise de um novo bloco textual argumentando em favor dessa nossa segmentação. Para começar, apresentaremos apenas os dois primeiros versículos:¹

Introdução	(¹) Pois o Reino dos Céus é semelhante ao homem chefe da casa, o qual saiu junto à aurora (para) contratar trabalhadores para a sua vinha.
Os Trabalhadores da Primeira Hora	(²) E tendo combinado com os trabalhadores de (um) denário o dia, enviou-os para a sua vinha.

Os versículos 1 e 2 nos convocam à leitura com uma introdução típica das parábolas, onde se exhibe o tema da parábola (geralmente o Reino de Deus/dos Céus), acompanhado de uma formulação comparativa com “é *semelhante*” (gr. *homoios estin*). Segue-se a apresentação do paralelo comparativo, a imagem que será colocada ao lado do objeto principal e pelo qual se ensinará a seu respeito. Neste caso, o Reino dos Céus é comparado com o *chefe da casa* (gr. *oikodespotes*). Porém, Gerd Theissen e Annette Merz chamam a atenção para o fato de que esta fórmula comparativa se refere a toda a parábola, e não somente ao elemento apresentado. Quer dizer que esta introdução significa que o Reino dos Céus não é simplesmente semelhante a este *chefe da casa*, mas é semelhante a toda a história sobre o *chefe da casa* que se vai contar nas linhas a seguir (1999: p. 371).

Incluiremos aqui uma nota sobre o Reino dos Céus, o tema sobre o qual a palavra se desenvolve, porque em Mateus tal expressão engloba problemas especiais: Acontece que no evangelho de Mateus de maneira particular, utiliza-se na maioria das vezes “Reino dos Céus” em lugar do “Reino de Deus” geralmente utilizado nos demais evangelhos. Embora Mateus não deixe de usar “Reino de Deus” em alguns momentos, a sua preferência por “Reino dos Céus” é evidente, e os estudiosos ainda não chegaram a qualquer consenso sobre a razão desta peculiaridade mateana e nem sobre o possível sentido próprio que ela possui. Algo

¹ Todos os textos de Mateus 20.1-16 citados ao longo deste estudo foram traduzidos pelo próprio autor.

importante a ressaltar é que a expressão “Reino dos Céus” não possui qualquer sentido escatológico ou futuro, mas é, assim como o “Reino de Deus”, um termo que designa a própria maneira de se viver do proto-cristianismo. Uma hipótese mais recente e que escolhemos adotar neste estudo é a de Robert Foster, que defendeu que Mateus usa “Reino dos Céus” como parte de um longo discurso celestial do evangelho, um modo mateano de afirmar a seus leitores que eles eram o verdadeiro povo escolhido de Deus, que Jesus era o Messias e que a disciplina deles exigida tinha suas bases no céu e não na terra (2002: p. 489-490). Ele mostra, por exemplo, que em 34 das 33 vezes que Mateus usa “Reino dos Céus”, ele se dirige à própria comunidade de discípulos, enquanto que em 3 das 4 vezes que usa “Reino de Deus”, ele se dirige às lideranças judaicas rivais. Segundo Foster,

[...] estas estatísticas indicam que Reino de Deus se refere ao governo de Deus tanto sobre os obedientes como sobre os desobedientes, enquanto que Reino dos Céus designa exclusivamente o reinado sobre aqueles que transformam sua família por meio da fé em Jesus (2002: p. 494) (tradução nossa).

A proposta de Foster atende bem às exigências interpretativas de Mateus 20.1-16, pois em nossa opinião a parábola em questão se dirige exclusivamente à comunidade mateana, com a intenção de regular os comportamentos recíprocos no convívio do grupo judaico-cristão.

Voltemo-nos agora para a imagem empregada como paralelo comparativo ao Reino dos Céus, isto é, para o *chefe da casa*. Sem dúvida a parábola conta com o conhecimento prévio do leitor quanto ao papel social de um *chefe de casa*, o que não era dificuldade alguma para a audiência mateana original. A imagem adotada para a comparação parabólica costuma mesmo ser tirada da vida cotidiana, abordando aspectos corriqueiros, embora em muitos casos (inclusive aqui em Mt 20.1-16), a história contada seja a de um caso peculiar. Nossa tarefa exegética é fazer o leitor de hoje também consciente daquela realidade social que dá sentido ao *chefe da casa* na parábola.

Pois bem, o termo que no Novo Testamento é mais comum em Mateus (Coenen, et. al., 1994: p. 202) é uma herança do mundo urbano do império romano, onde a *família* (muitas vezes considerada uma pequena cidade) compreendia não somente parentes consanguíneos, mas todas as pessoas ou coisas que estavam sobre o poder do *pai de família*. A casa, como principal

estrutura social daquelas sociedades, possuía uma hierarquia bem estabelecida e era exatamente o *oikodespotes/paterfamilias* quem se encontrava do topo desta pirâmide, tendo sob seu governo mulher, filhos e escravos, tendo o direito de vida ou morte das crianças recém-nascidas, e poder sexual sobre todos os membros de sua família sem exceções (Write, 2003: p. 403-405). Porém, em Mateus 20.1-16, ao se empregar a figura do *oikodespotes* como elemento de comparação, o que está em pauta não é a hierarquia da família e os poderes do *chefe da casa*, padrões culturais que sem dúvida foram predominantes para o desenvolvimento do cristianismo no império romano, onde a estrutura social das casas delineou em grande medida as relações dentro das comunidades cristãs, como se vê claramente na literatura pós-paulina do Novo Testamento (Aguirre, 2009: 108). Nesta parábola mateana só interessa o *oikodespotes* da perspectiva de suas responsabilidades. L. Michael Write assim escreveu sobre as responsabilidades de um *paterfamilias* no mundo romano:

Os deveres e as responsabilidades do *pater familias* para com a casa eram extensos. Acima de tudo, tinha de providenciar alimento e cuidado para todas as pessoas sob seu poder, quer escravas quer livres. Também fornecia quantias de dinheiro a seus libertos e outros clientes. Dele se exigia que administrasse a propriedade, não apenas em operações diárias, mas também em termos de guardar o *patrimonium* (ou família) para as gerações futuras. Podia delegar responsabilidades de ações isoladas na administração da casa a seu principal escravo, a um filho, à esposa, mas em última análise era ele o responsável. (2003: 405)

Voltando à parábola, vemos que o *oikodespotes* aparece no texto como alguém que tem de administrar suas terras, e sai junto à aurora para contratar trabalhadores para sua vinha. Diríamos que o *chefe da casa* de Mateus representa o Reino dos Céus principalmente quanto aos deveres de um *oikodespotes*; ao deixar sua casa assim que nascia o dia para administrar sua vinha, ele atua como responsável pelas propriedades e pelas pessoas que estão sob seu governo, como o mantenedor do *status* da família que conta com o sucesso econômico. O *chefe da casa* é, enfim, um personagem elitizado, muito provavelmente habitante de um cenário urbano, mas que possui terra produtiva nas redondezas e emprega trabalhadores temporários. Ele é, portanto, homem de alguma posição social mais elevada do que a média da população (Stegemann, 2004: 160).

A imagem deste homem contratando trabalhadores temporários para sua terra também devia ser um quadro comum, pois tais trabalhadores chamados para servir em períodos específicos do ano eram em muitos casos mais econômicos do que a manutenção de escravos (Luz, 2003: 198). Na parábola o *chefe da casa* combina com os homens que contrata o salário de um denário pelo dia de trabalho, isto é, uma moeda de prata cunhada em Roma, que levava a imagem e a inscrição do imperador, e que equivalia ao salário de um dia de trabalho de um lavrador. Mais uma vez, o uso do dinheiro como forma padrão para o pagamento dos trabalhadores serve-nos para ressaltar que o texto exclusivo de Mateus possui características mais urbanas que camponesas.

Até aqui, o leitor não compreende o objetivo da parábola, imagina no máximo que o Reino dos Céus é como alguém de autoridade que cumpre bem com seus deveres.

2 - Os Convites aos Homens “Sem Ocupação”

A partir do v. 3 o texto começa a surpreender seus leitores. Identifica-se facilmente três novos momentos de convite ao trabalho por parte do *chefe da casa*, todos começando com o mesmo verbo, o particípio aoristo *ekselthwn*, que traduz-se por *tendo saído* (Luz, 2003: 190). No v. 2 o texto já narrou o convite aos trabalhadores da primeira hora, mas aqui temos mais três convites que podemos chamar de *convites fora de hora*. Abaixo citaremos o texto traduzido e já dividido em três partes:

Trabalhadores da Teceira Hora	⁽³⁾ E tendo saído por volta da terceira hora viu outros parados na praça sem ocupação. ⁽⁴⁾ E para aqueles disse: “Ide vós também para a vinha, e o que for justo vos darei”. ^(5a) E eles foram.
Trabalhadores das Sexta e Nona Hora	^(5b) E tendo saído de novo por volta da sexta e nova hora fez do mesmo modo.
Trabalhadores da Undécima Hora	⁽⁶⁾ E tendo saído por volta da undécima (hora) encontrou outros parados e disse-lhes: “Por que ficastes parados aqui todo o dia sem ocupação?”. ⁽⁷⁾ (Eles) dizem a ele: “Porque

	ninguém nos assalariou”. (Ele) diz a eles: “Ide vós também para a vinha”.
--	---

O texto fala primeiro de homens que são encontrados ociosos por volta das nove horas da manhã. O leitor pode ser levado a pensar que esses homens estavam sem ter o que fazer até esta hora por vontade própria, julgando-os preguiçosos ou coisa assim. Todavia, o texto grego evidencia outro sentido, o de que aqueles homens não haviam escolhido ficar desocupados; na verdade, os homens estavam sem ocupação (gr. *argous*) porque lhes faltara oportunidades de trabalho para o dia, conforme também deixa claro o versículo 7. A cena criada exhibe pessoas que procuram trabalho ao longo do dia, mas sem sucesso, têm como perspectiva futura a falta de elementos fundamentais para a sua subsistência.

Notemos que eles estavam parados na *agora* (gr. *en te agora*), local que aqui traduzimos por *praça*. Na verdade, a expressão grega remete a um lugar público onde realizavam-se por exemplo as assembléias e audiências judiciais da cidade, o centro da vida cívica de uma determinada sociedade. Para as grandes cidades helenísticas, a *agora* também representa um lugar de comércio intenso que pode até ser sinônimo de *mercado* nalguns casos (Coenen, et. al., 2000: 371). Quer dizer que os homens estavam no centro da vida comunitária, local aparentemente propício para homens que procuravam por uma oportunidade de trabalho. Em *História Social do Proto-Cristianismo* os autores usam Mateus 20.1-16 como exemplo neotestamentário que ilustra o uso de *agora* como termo que designa o comércio de escravos ou o recrutamento sazonal de trabalhadores assalariados livres (Stegemann, et. al., 2004: 53, 261). A parábola sem dúvida retrata assim o desemprego como uma realidade social que estava diante dos olhos de todos, evoca um quadro sócio-econômico de conhecimento do público alvo. Novamente, o Reino dos Céus aparece em âmbito terreno, humano, lida com as injustiças sociais como males sistêmicos e com naturalidade, mostrando-nos que não se quer em momento algum fazer referência a uma era de justiça estabelecida apocalipticamente por Deus, mas falar a pessoas que enfrentam as desventuras do mundo e tentam experimentar nele o que chamam de Reino dos Céus.

O Reino ganha novas cores aqui, a partir dos detalhes oferecidos por seu elemento comparativo. Além de ser representado por um bom *oikodespotes*, que cumpre com suas obrigações administrativas, é também como um *oikodespotes* que se compadece das pessoas em situação difícil. Na ótica do evangelho, este patrono é alguém visto positivamente principalmente porque ultrapassa as

expectativas que se tem a seu respeito através da sua caridosa oferta de emprego a todos os *sem ocupação* que encontra em seu caminho. É como se a vinha pudesse oferecer infinitos postos de serviço, como se o Reino dos Céus não tivesse vagas limitadas para quem quer nele trabalhar. Não vem ao caso aqui se os homens chamados no primeiro convite eram em número insuficiente, não há definições numéricas nem para os homens nem para o tamanho da vinha, a idéia que se quer transmitir é a de um *oikodespotes* que está aberto a todos quanto queiram trabalhar. O Reino dos Céus, então, está de portas abertas para as pessoas que não foram aceitas na sociedade, que não encontraram a segurança que esperavam em suas atividades profissionais.

O caso mais extremo são os dos homens que são encontrados já no final do dia (undécima hora), que ainda assim são contratados, levando o leitor a questionar a coerência administrativa do *chefe da casa*. Uwe Wegner, ao estudar as características das parábolas do Novo Testamento mencionou que nelas aplica-se o que ele chamou de “lei da repetição”. Deveras, na parábola do semeador de Mt 13.1-9, temos vários tipos de sementes que caem ao longo do seu caminho, e vários são os convites e os tipos de convidados para a ceia de casamento na parábola de Mt 22.1-14. Wegner, então, observa que a mensagem central das parábolas sempre está vinculada ao último exemplo dado (1998: 207). Portanto, em nossa parábola depois de vários convites para o trabalho são os homens da undécima hora que ganham, destaque não somente pelo número maior de palavras utilizadas pelo narrador, mas também porque este último convite quer servir como o grande exemplo para a maneira de agir daquele *chefe da casa*.

Agora o leitor não só pode comparar o Reino dos Céus com o *chefe da casa* diligente, como também o vê como alguém caridoso, que oferece maiores oportunidades do que a sociedade normal. O Reino é em parte irracional, mas tal irracionalidade é proposital, tem a finalidade de destacar sua superioridade em relação ao natural. Mas o leitor ainda lembra-se que ele prometera aos trabalhadores contratados ao longo do dia pagar-lhes apenas o que for justo. Se acabasse aqui, teríamos já um ensino útil sobre o Reino dos Céus, curioso e humanitário; mas a parábola mateana guarda ainda a grande surpresa para o que virá a partir do versículo 8.

3 - Os Últimos são os Primeiros

Nesta nova seção as indicações temporais são outras, mas também nos permitem distinguir três momentos. O primeiro deles traz a fala do *chefe da casa* ordenando ao seu administrador que faça os pagamentos; nos outros dois temos os pagamentos começando com *kaí elthontes* que traduzimos por “e vindo”. Destes pagamentos, o primeiro é feito aos últimos contratados, os trabalhadores “*de por volta da undécima hora*”, e segundo aos trabalhadores da primeira hora. Assim, embora tenhamos lido diversos convites ao trabalho feitos ao longo do dia todo pelo *oikodespotes* (primeira hora v. 1-2, terceira hora v.3, sexta e nona horas v.5, e undécima hora v. 6-7) quando chega a ocasião de pagar os salários só são mencionados os primeiros e os últimos, ou melhor, os últimos e depois os primeiros:

A Ordem para o Pagamento	⁽⁸⁾ E tendo chegado a tarde diz o senhor da vinha ao seu administrador: “Chama os trabalhadores e paga-lhes o salário começando dos últimos até os primeiros”.
Primeiro os Últimos	⁽⁹⁾ E vindo os de por volta da undécima hora tomaram (um) denário cada.
Por Último os Primeiros	⁽¹⁰⁾ E vindo os primeiros acharam que muito receberiam; e receberam um denário cada também eles.

Começamos por algumas observações a respeito do *administrador* que ao final do dia é encarregado de pagar os salários. É interessante observar que é mais comum no lugar deste *administrador* o uso de *oikonómos* no texto grego, como ocorre, por exemplo, na parábola de Lucas 16.1-9; mas aqui Mateus usa outro termo menos usual, o *epítropos*. Segundo Wolfgang e Ekkehard Stegemann, o evangelho fala aqui de alguém que é mais que um escravo que serve ao seu senhor administrando seus bens (*oikonómos*), mas alude a um empregado real, um homem livre que presta um serviço específico por um pagamento, alguém de possuir um *status* mais elevado que os demais trabalhadores (Stegemann, et. al., 2004: 158). Deveras, voltando-nos para o Novo Testamento notamos que o mesmo termo aparece uma vez em Lucas 8.3 para designar Cuza, o administrador ou procurador de Herodes, e outra vez em Gálatas 4.2 quando Paulo fala dos *tutores*, servos que se encarregam da educação dos herdeiros, os filhos dos seus senhores, até a maior idade. Em ambos os casos, a expressão trata de empregados de posição mais elevada, ou da corte herodiana como no caso de Cuza, ou como o

tutor que serve à elite fornecendo educação a futuros *chefes da casa*. Em suma, supõem-se que o *oikodespotes* da parábola mateana conta com o auxílio de um empregado aparentemente qualificado para lidar com seus negócios. Novamente salta aos olhos o uso experiente de palavras comuns às cidades greco-romanas que se encontra no evangelho de Mateus, e também o olhar próximo do autor para com pessoas de classes elevadas das sociedades urbanas daqueles dias.

No texto, a ordem do *chefe da casa* é para que o administrador comece a pagar os trabalhadores começando pelos últimos. É uma decisão estranha à primeira vista, mas que possui uma função bem específica na parábola, ou seja, ela é absolutamente compreensível no nível narrativo. Aí está uma menção antecipada da máxima que vai encerrar a perícopes em 20.16. Os últimos serão primeiros, e por isso os últimos homens contratados são os primeiros a receber seu pagamento no texto. Além disso, a discussão que se dará entre os trabalhadores das primeiras horas e o empregador só pode acontecer a partir dessa inversão na ordem dos pagamentos; isto é, se os primeiros recebessem o salário de um denário combinado, talvez retirar-se-iam do local e não veriam que os últimos estavam recebendo o mesmo valor, mas assim, eles estão lá aguardando sua vez de receber e testemunham que o administrador paga o mesmo denário para os homens que só trabalharam por uma hora. A ordem do *chefe da casa*, portanto, serve para suscitar a discussão que levará a parábola à sua conclusão de que os últimos serão os primeiros no Reino dos Céus.

Observamos anteriormente que se a parábola terminasse no v. 7 ela seria considerada completa. Agora, vemos que a partir do v. 8 o texto passa a ser condicionado pela aproximação à máxima conclusiva do v. 16. Ulrich Luz notou como a sentença final do v. 16 condiciona a composição da parábola a partir do v. 8, e sugere até que a parábola toda pode ser um desenvolvimento desta sentença final (2003: p. 207). Porém, é sempre difícil afirmar que uma parábola dos evangelhos não nos remete diretamente a Jesus; em geral se defende a autenticidade jesuânica das parábolas, e sobre Mateus 20.1-16, temos a defesa de Theissen e Merz a respeito de sua legitimidade com base principalmente na harmonia entre o conteúdo da parábola e sua conclusão do v. 16. (1999: 379-384). A pergunta que fazemos é esta: não pode ser que a tradição cristã tenha legado a Mateus uma parábola que vai somente até o v. 7, que traz em si a mensagem de que o Reino dos Céus recebe a todos os que nele querem entrar e lhes recompensa com o que é “justo”, e que o evangelista, unindo por sua conta a parábola original ao dito conclusivo do v. 16 também herdado da tradição (Marcos 10.31), teria ainda desenvolvido-a com um novo final em que intensifica o apelo à igualdade

econômica? Parece-nos que há uma boa probabilidade de que as coisas sejam assim, pelo menos esta é uma hipótese que explica as proximidades da parábola com a linguagem jesuânica nos v. 1-7 de fonte desconhecida, e no v. 16 de Marcos, e também explica o conteúdo econômico mateano nos v. 7-15.

Porém, a habilidade do redator deixa poucas marcas no texto final, quase nenhum sinal de falta de coesão que sirva de prova deste trabalho redacional. Podemos, todavia, apontar como incoerência textual, a ausência de todos os trabalhadores contratados em períodos intermediários nesta segunda parte. Onde estão agora os homens contratados por volta das horas terceira, sexta e nona? Não teriam eles desaparecido porque agora o autor quer nos conduzir a uma conclusão que só fala de últimos e primeiros? Se o texto fosse uma composição única, os trabalhadores intermediários teriam sido incluídos nos v. 3-7? Reafirmamos que temos dos v. 1-7 uma parábola jesuânica completa, mas os versículos finais (v. 8-15) ampliam a narrativa com novidades de conteúdo e uma forte dependência em relação à conclusão do v. 16. Diríamos que este é um texto mateano, construído sobre dois pilares mais primitivos da tradição cristã.

A hipótese de que possivelmente temos em Mateus 20.1-16 uma parábola composta de uma porção mais antiga (v. 1-7) e outra mais nova própria de Mateus (v. 8-15) torna-a ainda mais significativa para o estudo da linguagem econômica do primeiro evangelho, motivo pelo qual seguiremos apoiando-a. O salário justo prometido pelo *chefe da casa* talvez não implicassem em igualdade econômica na parábola original; o salário “justo” que foi prometido talvez significasse um pagamento proporcional, já que o tema da parábola primitiva era apenas a possibilidade contínua de adesão ao movimento do Reino. Mas em Mateus a igualdade é um tema imprescindível, e o “justo” que talvez fosse proporcional ao tempo trabalhado torna-se sinônimo de igualdade, atendendo às necessidades literárias deste autor. No final, a idéia de que os últimos se tornam primeiros, embora tenha sido herdada de uma máxima mais antiga do que o evangelho, torna-se aqui a lente pela qual Mateus lê a parábola, e com isso, da ordem dos pagamentos até o final, tudo acontece na ordem contrária à esperada.

4 - O Reino dos Céus como Projeto Igualitário

As Reclamações dos

⁽¹¹⁾ E tendo recebido reclamavam do chefe da casa ⁽¹²⁾

Primeiros	dizendo: "Estes últimos uma única hora fizeram, mas (tu) os fizeste iguais a nós, os que suportam o peso e o calor do dia.
A Resposta do Chefe da Casa	(¹³) E ele respondendo a um deles disse: "Amigo, não faço injustiça a ti; não combinaste comigo de (um) denário? (¹⁴) Pega o seu e retira-te. Pois quero dar para este último como também a ti; (¹⁵) Ou não é lícito para mim fazer o que quero fazer com as minhas (coisas)? Ou o teu olho é mau porque eu sou bom?"
Conclusão	(¹⁶) Assim, os últimos serão primeiros e os primeiros últimos.

Na parábola, a inversão na ordem dos pagamentos permitiu que todos os trabalhadores notassem que o administrador pagava um denário a cada homem sem se importar com o tempo dedicado ao trabalho por cada um (Luz, 2003: 201). As reclamações começam e o texto aproxima-se do seu clímax quando relata as palavras dos trabalhadores das primeiras horas, que diziam: "*Estes últimos uma única hora fizeram, mas (tu) os fizeste iguais a nós...*". Nestas palavras vemos algo muito importante para o estudo da economia mateana; o evangelho interpreta a divisão igualitária de dinheiro como um meio de acabar com as distinções entre os homens; ou seja, dar a cada pessoa o mesmo salário, é fazê-los iguais. Para Mateus não bastou ao *chefe da casa* a bondade de abrir sua vinha para todos os homens sem ocupação, a virtude do personagem é sua maneira de fazer todos os trabalhadores iguais através do pagamento padronizado.

Claro que o texto não pretende incentivar ninguém a deixar de trabalhar. Cada um teve que aceitar o convite na hora que o mesmo lhe foi feito, e teve que trabalhar até o final do expediente comum. Assim, no olhar do autor os homens da undécima hora não são pessoas de sorte por trabalharem pouco e receberem muito, mas pessoas que só foram encontradas tarde por aquele empregador, pessoas que foram alcançadas pela caridade de um bom homem e que merecem um salário digno apenas por ter aceito o convite estando dispostos ao trabalho, independente do tempo trabalhado.

A crítica dos trabalhadores das primeiras horas é racional, reclamam um pagamento proporcional ao tempo dedicado à vinha, mas o *chefe da casa* que na verdade é o Reino dos Céus não trabalha a partir dessa mesma lógica. Nesta vinha

todos são convidados a trabalhar, e alguns já estão nela desde a aurora, enquanto que outros só chegam no final do dia. O Reino dos Céus, como empregador, é diferente exatamente porque não fecha as oportunidades pela manhã, mas continua chamando pessoas que estejam dispostas a trabalhar por ele até a consumação do dia. Porém, economicamente o Reino dos Céus não promete aos homens nada além de um denário, ele paga o mesmo a todos os trabalhadores. Mas por quê? Isso é justo? Os homens que reclamaram consideraram-no injusto por não pagar proporcionalmente ao tempo trabalhado, mas o que é injustiça segundo o Reino dos Céus é permitir que alguém, quem quer que seja, receba menos que um denário ao final do dia. Por isso ele começa sua resposta ao trabalhador insatisfeito dizendo: "*Amigo, não faço injustiça a ti...*". Sem o seu denário, aquele homem que só trabalhou uma hora não adquiriu sequer o mínimo necessário à sua subsistência, e permitir que pessoas sofram de tal escassez é a grande injustiça segundo o texto. Desde o início da parábola, não é o trabalho o que mais interessa ao *chefe da casa*, mas a aceitação do convite e o direito de todos os trabalhadores de receberem um denário. Na prática, o cristianismo mateano não promete prosperidade em troca da fidelidade, promete no máximo recompensas celestiais (Mt 6.19-21), porém, no mundo a expectativa deve ser por apenas um denário por dia. Noutras palavras, o evangelho só promete o "salário mínimo".

Os trabalhadores são os *leitores implícitos* do evangelho de Mateus,² as pessoas que deveriam ler o evangelho e colocarem-se no lugar dos trabalhadores do texto; dentre eles, todos sabem que alguns foram chamados ao serviço do Reino mais cedo, outros mais tarde. O *chefe da casa* que é o próprio Reino de Deus que convida estas pessoas para sua vinha, ou seja, o Reino como um projeto com o qual se identifica o próprio grupo mateano está sempre aberto a pessoas que queiram ingressar neste serviço que é vida do judeu-cristão. Entretanto, aqui incluímos outra hipótese incomum, a de que o tempo de trabalho não se trata apenas do tempo de pertença à comunidade, pelo menos não significa isso na versão mateana.

O denário pago pelo *chefe da casa* deve ser lido da maneira mais direta, isto é, simboliza a distribuição econômica igualitária idealizada para a comunidade mateana pelo autor do evangelho (1997: 129-130). A partir daí, entendemos que o elemento econômico é mais importante do que o tempo de trabalho empregado por

² Na definição de Daniel Marguerat e Yvan Bourquin, o *leitor implícito* é o "*Receptor da narrativa construído pelo texto e apto a atualizar as significações na perspectiva induzida pelo autor; essa imagem do leitor equivale ao leitorado imaginado pelo autor*" (2009, p. 26-27).

cada um, o que nos leva a interpretar esse tempo também de maneira econômica. O tempo de trabalho dos homens da parábola pode simbolizar não somente o tempo de dedicação à comunidade, mas também o investimento econômico que cada um faz nesta mesma comunidade. Quem chega ao grupo e pode lhe oferecer grandes propriedades é igual aquele que nele adentrou sem nada oferecer, e ambos terão sempre direito ao seu denário, ao suficiente para sua subsistência. Injusto neste projeto igualitário seria permitir que no Reino dos Céus alguém que aceitou o convite para se juntar a esses trabalhadores do Reino passasse por necessidades.

Essa leitura econômica que vê no tempo de trabalho os bens dedicados ao projeto igualitário do Reino dos Céus faz mais sentido se lermos a perícope dentro de seu contexto literário. A passagem anteriores no evangelho (Mt 19.16-30) também trata da caridade, da dedicação dos bens pessoais ao bem comunitário. Em 19.21 Jesus diz ao jovem que possuía propriedades: *"Se queres ser completo, vai, vende das tuas coisas o que há e dá aos pobres, e tu terás um tesouro no céu, e aqui segue-me"*. Aquele jovem guardava os mandamentos e por isso, pelo menos nessa passagem, já tinha direito à "vida eterna"; porém, para ser completo ele deveria também abrir mão de suas riquezas doando-as aos pobres, que são obviamente os pobres do interior do grupo mateano (veja Mt 5.3). Em 19.29 Jesus diz também: *"E todo o que deixou casas, ou irmãos, ou irmãs, ou pais, ou mães, ou filhos, ou campos por causa do meu nome, cem vezes receberá, e vida eterna herdará"*. Aqui é nítida a exigência de que o cristão abra mão de suas posses e estruturas familiares e sociais por Jesus. No grupo, quem doa uma casa é também dono de todas as casas da comunidade, e jamais ficará desabrigado. Há, portanto, uma inegável exigência para que aqueles que possuem riquezas distribuam-nas em favor dos mais pobres da comunidade nos textos que precedem a perícope de Mt 20.1-16; nossa defesa é que também na parábola, esta exigência está presente.

Para explicar ainda melhor nossa hipótese, vamos ampliar nossa argumentação falando da política igualitária do cristianismo primitivo em geral, que parte do movimento itinerante de Jesus formado inicialmente por camponeses despossuídos que contavam com a caridade alheia para que sobrevivessem e dessem seguimento à proclamação do Reino de Deus. Esperava-se que alguém, quando convidado a seguir Jesus ou a comunidade proto-cristã depois dele, deixasse todos os bens aos pobres, ou seja, aos demais judeu-cristãos carentes que faziam parte daquele círculo sócio-religioso. Para citar apenas Mateus, isso aparece no convite de Jesus aos seus discípulos (Mt 4.18-22, 9.9), no convite a outras pessoas anônimas para que o seguissem (Mt 8.22), assim como na já citada narrativa do jovem rico (Mt 19.21). O que se objetivava é a criação de uma

sociedade igualitária em que todos dividiam suas posses entre si, de forma que ninguém teria falta de nada, e ninguém teria excesso de nada. Um exemplo não mateano útil para ilustrar isso é Atos dos Apóstolos 5.1-11, a famosa passagem da morte de Ananias e Safira. O texto idealiza uma comunidade cristã primitiva em Jerusalém onde este mesmo ideal igualitário funciona com perfeição (At 4.32-35), e onde os bons exemplos são aqueles que colocam todas as posses diante dos apóstolos para que tal projeto igualitário funcione (At 4.36-37). Ananias e Safira, todavia, morrem quando pretendem aderir à comunidade porque dizem compartilhar com eles todas as suas posses. No ato de adesão e doação total de bens, eles tornar-se-iam dependentes da comunidade para a subsistência, teriam de receber o seu denário cada um ao final do dia; mas sabemos que eles guardavam parte das suas posses para si, o que faz da reivindicação deles pela ajuda da comunidade um roubo, crime digno de morte. O casal é assassinado não porque mentiu a Deus simplesmente, mas porque dizendo não ter nada, prejudicariam a distribuição igualitária para as pessoas realmente dependentes.³ Perguntamo-nos então se o problema em pauta na parábola de Mateus 20.1-16 não é o mesmo de Atos 5.1-11; se a questão não lida com o dar e receber dentro do projeto igualitário. Em nossa parábola, o investimento de uns é maior do que o de outros, e talvez isso estivesse gerando reivindicações maiores para uns do que para outros.

Há quem discorde dessa nossa leitura, preferindo uma versão religiosa da parábola, identificando os grupos diferentes de trabalhadores como gentios e judeus (p. ex. Berger: 1998, p. 398). Outra leitura bastante comum é a que adota o comentarista A. J. Overman, que estudando a parábola e concentrando-se na distinção entre os trabalhadores a partir da hora do convite, pensa que a questão tratada é simplesmente a hierarquia baseada na longevidade dos membros da comunidade (1999: 312-313). Anthony J. Saldarini, todavia, esteve mais perto de nossa leitura quando comentou esta e outras parábolas sobre vinhas em uma nota de seu livro *A Comunidade Judaico-Cristã de Mateus*, dizendo que muitas vezes...

[...] os primeiros e os últimos são entendidos como Israel e os gentios, isto é, os trabalhadores do início da manhã são Israel e os do fim da tarde são os gentios. Mas o contexto trata de recompensas para os que crêem em Jesus. Além disso, todos os trabalhadores recebem pagamento (recompensa pelo serviço) e nenhum é rejeitado. O ponto

³ Publicamos recentemente um artigo com a análise completa destes textos de Atos dos Apóstolos. Veja: LIMA, 2010b.

principal da parábola parece dizer respeito à igualdade entre os seguidores de Jesus, não importa quando se tornaram seguidores [...] (2000: 112-113)

A questão, então, pode ser hierárquica como sugeriu Overman, mas não somente por conta da idade de cada um ou por tempo de pertença ao grupo; estes são problemas que retratam as crises hierárquicas de igrejas modernas, influência que parece conduzir a interpretação de Overman. Em Mateus, a exortação é para que os simpatizantes mais abastados daquela comunidade não se importassem com a distribuição igualitária que se fazia (ou se planejava fazer) dentro daquele grupo do Reino. O autor do evangelho argumenta noutros pontos em favor da caridade, mas aqui, ele critica as intenções egoístas de obter privilégios daqueles que praticam esta caridade.

Obviamente a parábola foi construída para atingir discípulos, pessoas que estão no interior do grupo mateano. Também é fácil notar que os alvos da mensagem são os discípulos que agiam (ou quem sabe um dia agiriam) como os trabalhadores da primeira hora, que reclamam por melhores recompensas. A eles é que o *chefe da casa/Reino dos Céus* acusa de ter um *olho mau* (v. 15). Este mesmo *olho mau* (gr. *ofthalmos poneros*) que está em clara oposição ao *bom* que ocorre na frase anterior, aparecera antes no evangelho em 6.22-23, e em sua versão mateana (diferente do que ocorre em sua versão lucana em Lc 11.34-36) o *olho mau* simboliza o olhar ganancioso, voltado para os tesouros da terra, que são perecíveis e não proporcionam recompensas celestiais (Lima, 2010: 97-99). Overman identifica este detalhe, afirmando inclusive que o adjetivo grego *poneros* é um termo mateano comum para a inveja provocada por coisas materiais. Ele diz que o vocábulo representa dinheiro e posição que atraem o olho da pessoa (1999: p. 313). Em nossa interpretação a diferença entre os trabalhadores não é apenas o horário da contratação, e muito menos a origem étnica deles, mas o investimento diferenciado feito por cada um e a distribuição de recompensas que é padronizada. Os trabalhadores da primeira hora tinham o *olho mau* porque incomodavam-se com o método de distribuição de bens do grupo.

A conclusão ou aplicação da parábola, nas palavras do narrador e não mais dos personagens, é esta: "*Assim, os últimos serão primeiros e os primeiros últimos*" (v. 16). Trata-se de uma *sentença*⁴ que modifica discretamente a já incluída em Mateus 19.30, que segue o texto de Marcos 10.30-31. Mas Mateus a

⁴ Definimos "sentença" a partir de Klaus Berger, que escreveu: "*Sentenças' são ditados ou provérbios em que se expressa uma experiência universal, geralmente em forma descritiva e em frases curtas*" (1998, p. 60-61).

repetiu, colocando-a como conclusão de uma parábola. Por certo temos aí um dito tradicional que deve remontar às primeiras gerações de cristãos, que fala da inversão do *status* social dentro do Reino de Deus, e sabemos que tal renúncia ao *status* é reconhecida como tema típico dos primórdios do cristianismo (Theissen, 2002: 87-90). Todavia, sua colocação ao final da perícopa não foi arbitrária, pois ela segue os padrões típicos das parábolas bíblicas começando com o advérbio *assim...* (gr. *houtws*), e resume para o leitor numa breve sentença aquilo que toda a narração pretendia dizer (Theissen; MERZ, 1999: 375).

Temos uma verdadeira ameaça aos que porventura se consideravam primeiros por conta de seu alto investimento, e uma promessa otimista aos que se viam como os últimos, que não investiram muito e mesmo assim devem ser tratados como iguais no interior do grupo. Tal máxima já aparecera antes, agora repete-se depois da parábola como um refrão evangélico que ressalta a inversão proposta pela mensagem do Reino na memória do leitor; ela proclama ao leitor que, embora a ajuda aos necessitados seja uma obrigação do judeu-cristão (veja Mt 23.31-46), isso não faz dele alguém melhor que o irmão carente que só recebe ajuda.

Enfim, a parábola termina abruptamente, o texto não é uma narrativa completa, não nos informa sobre o resultado das palavras do *oikodespotes* aos trabalhadores da primeira hora, deixando-nos sem saber se eles se convenceram de que não havia injustiça no pagamento padronizado. Isso é também próprio das parábolas, que encerram-se assim que atingem seu clímax e seu ensino tenha sido transmitido (Wegner, 1998: 207). Mas a parábola está resolvida para o evangelho de Mateus, e possui uma função específica e é muito útil dentro dele. De nada adiantaria um projeto que promove igualdade econômica, mas que resulta em desigualdade de outro tipo; que dá o que comer ao pobre, mas que o faz inferior na hierarquia cristã; onde os mais abastados gabam-se da sua filantropia enquanto utilizam-se dela para exercer algum tipo de domínio sobre aqueles que dizem ajudar.

Conclusão

Voltando a citar Gerd Theissen e Annette Merz, tomamos para nossa conclusão estas palavras que definem parábolas como a que estudamos de maneira precisa:

Las parábolas en sentido estricto narran (en aoristo) un caso particular insólito y argumentan en dirección contraria al consenso. Invitan a una toma de postura ante la conducta referida y buscan así influir a nivel real en el cambio de actitud y de comportamiento. (1999: 368)

É impossível ou pelo menos insatisfatório, que se faça o estudo de uma parábola sem que nos perguntemos pelo seu propósito prático entre as pessoas para as quais ela foi proferida. Em nosso caso, é impossível não falar do grupo social que aqui designamos de grupo mateano, ou em linguagem mais atual, os leitores implícitos do evangelho.

Mateus 20.1-16 contou-nos uma história fictícia de um homem que contraria a lógica comum com a finalidade de tratar igualitariamente todos os seus empregados. Contou-nos uma história para que cheguemos à conclusão de que no Reino de Deus (entenda-se comunidade de Mateus e seu ideal de vida) as pessoas são tratadas com igualdade, independente de suas boas obras (ou tempo de participação). Ali, deveriam buscar igualdade econômica e também de status social, deveriam todos viver humildemente, mas sem falta de nada, e sem que entre eles houvessem primeiros ou últimos, isto é, hierarquias. Nas palavras de Anthony J. Saldarini,

Os seguidores de Jesus são irmãos, não rabis ou mestres uns dos outros (23,8-10). Só Jesus é Rabi, Mestre e Guia e só Deus é Pai. Esse igualitarismo é comum a novos movimentos religiosos e reformistas, mas é rapidamente seguido pelo desenvolvimento de papéis diferenciados e hierarquizados. O autor de Mateus resiste a esse desenvolvimento natural. (2000: 180)

Para o estudo de Mateus em geral, nosso exercício fortalece a hipótese de que Mateus é um evangelho citadino, que quando vê-se mais livre criativamente das fontes proto-cristãs que geralmente atribuem-se ao mundo rural, deixa transparecer ainda mais sua urbanidade e contato com a cultura helenística/romana. Isso vimos no uso consciente que o texto faz de termos como *oikodespotes*, *agora*, e *epítropos*, e no uso habitual de moedas como o denário. Para o estudo da linguagem econômica de Mateus em especial, também vemos como em Mateus o contato entre pessoas abastadas e carentes se dá no cotidiano de sua sociedade. Os ricos não são somente exploradores imperiais, estrangeiros estranhos culturalmente que os dominam do interior de suas cidades muradas. O

texto deixa até o Reino dos Céus comparar-se a um *chefe da casa*, proprietário de terra que assalaria trabalhadores para serviços temporários, o que significa que os ricos em geral não são vistos negativamente, mas sim a manutenção da riqueza no interior de um grupo que é formado por pessoas completamente carentes.

Diríamos, para finalizar, que o cristianismo judaico de Mateus, assim como o de Jesus, condena as riquezas e elogia a pobreza principalmente porque esta inversão de valores serve ao grupo como uma estratégia de sobrevivência para aqueles dias. Enquanto o conflito com o grupo minoritário de Mateus e os seus rivais do chamado judaísmo-formativo possivelmente limitava para muitos o acesso não somente à sinagoga, mas também ao trabalho, a caridade intra-comunitária ilimitada era um projeto de sobrevivência (Garcia, 2010: 17-50). Neste contexto, todos deveriam ter direito ao menos ao seu denário, mas isso não significa que membros doadores, possuidores de melhores posições na sociedade e com isso de maior estabilidade sócio-econômica, deveriam no seio da comunidade possuir privilégios exclusivos ou exercer qualquer espécie de liderança sobre os membros carentes. Assim, o aviso do evangelho é para se ter cuidado, para que ninguém se exalte por conta da sua grande ajuda aos mais pobres, pois no Reino as coisas não são como no mundo, e para surpresa de alguns, muitos últimos poderão superar-lhes diante de Deus.

Referências Bibliográficas

AGUIRRE MONASTERIO, Rafael. *Del Movimiento de Jesús a la Iglesia Cristiana: Ensayo de Exégesis Sociológica del Cristianismo Primitivo*. Estella: Verbo Divino, 2009.

BERGER, Klaus. *As Formas Literárias do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1998.

BROWN, E. Raymond. *Introducción al Nuevo Testamento: 1. Cuestiones Preliminares, Evangelios y Obras Conexas*. Madrid: Trotta, 2002.

COENEN, Lothar; BEYREUTHER, Erich; BIETENHARD, Hans. *Diccionario Teológico del Nuevo Testamento* (vol. IV). Salamanca: Sigueme, 1994.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin. *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento* (2 volumes). São Paulo: Vida Nova, 2000.

FOSTER, Robert, *Why on Earth Use 'Kingdom of Heaven'?: Matthew's Terminology Revisited*. In. *New Testament Studies*, 48. United Kingdom: Cambridge University Press, 2002, p. 487-499.

GARCIA, Paulo Roberto. *Sábado: A Mensagem de Mateus e a Contribuição Judaica*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

LIMA, Anderson de Oliveira. *Acumulai Tesouros no Céu: estudo da linguagem econômica do evangelho de Mateus*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo (Dissertação de Mestrado), 2010.

_____. *A(s) Narrativa(s) da(s) Morte(s) de Ananias e Safira: estratégias literárias de Atos dos Apóstolos*. In. *Oracula* 6.11, 2010b.

LUZ, Ulrich. *El Evangelio Según San Mateo: Mt 18-25*, vol. III. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2003.

MARGUERAT, Daniel; BOURQUIN, Yvan. *Para Ler as Narrativas Bíblicas: Iniciação à Análise Narrativa*. São Paulo: Loyola, 2009.

OVERMAN, J. Andrew. *Igreja e Comunidade em Crise: O Evangelho Segundo Mateus*. São Paulo: Paulinas, 1999.

SALDARINI, Anthony J. *A Comunidade Judaico-Cristã de Mateus*. São Paulo: Paulinas, 2000.

STEGEMANN, Ekkehard W.; STEGEMANN, Wolfgang. *História Social do Protocristianismo: os Primórdios do Judaísmo e as Comunidades de Cristo no Mundo Mediterrâneo*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2004.

THEISSEN, Gerd. *La Religión de los Primeros Cristianos: una teoría del cristianismo primitivo*. Salamanca: Sígueme, 2002.

THEISSEN, Gerd; MERZ, Annette. *El Jesus Historico*. Salamanca: Sígueme, 1999.

WEGNER, Uwe. *Exegese do Novo Testamento: Manual de Metodologia*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 1998.

WRITE, L. Michael. *Paulo e o Pater Familias*. In. SAMPLEY, J. Paul (org.). *Paulo no Mundo Greco-Romano*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 403-428.

VAAGE, Leif E. *Jesus Economista no Evangelho de Mateus*. In. Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana (Ribla), 27. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1997, pp. 116-133.